

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília (D.F.) Class.: 323

Data 20 de Janeiro de 1981 Pg.: _____

Emancipação é lesiva aos índios, diz antropólogo

Salvador — O antropólogo Pedro Agostinho, da Universidade Federal da Bahia, declarou, ontem, que o projeto de emancipação do índio, que volta a ser cogitado pela Funai, "é a maneira que o Estado está procurando para se furtar a obrigação constitucional de proteger os índios contra os interesses econômicos regionais e a discriminação social".

Segundo Pedro Agostinho, que é coordenador da Comissão Especial de Assuntos Indígenistas da Associação Brasileira dos Antropólogos, a entidade é "radicalmente contrária" a emancipação do índio. O projeto, acentuou, "é também uma forma de enganar a opinião pública deliberada e inescrupulosamente, e um ato profundamente lesivo à integridade biológica, cultural, social e psicológica dos índios".

Na sua opinião, há interesses econômicos poderosos por detrás da emancipação do índio. "O projeto vai permitir que grandes e pequenos interesses e o preconceito trabalhem no sen-

tido da extinção e desagregação das sociedades indigenistas", disse Pedro Agostinho, lembrando que a emancipação foi cogitada no governo Geisel pelo ex-ministro do Interior Rangel Reis, mas "derrotada pela opinião pública nacional e internacional".

— A Funai está fugindo às suas responsabilidades, ao se furtar ao dever constitucional de proteger o índio. O projeto, anterior e o atual chocam com os preceitos constitucionais, com o estatuto do índio, a legislação que proíbe o genocídio e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Ele é profundamente destinado a prejudicar o índio brasileiro.

Retirar do índio a proteção e tutela constitucional, segundo o antropólogo, facilita a subjugação das comunidades indígenas às imposições de grupos dominantes da sociedade nacional. Por esta razão, acentuou, "os antropólogos do Brasil estão comprometidos com a defesa das minorias raciais e, especificamente, do índio".